



Folha n.º	02	de prosa
n.º	662	de 1997

Câmara Municipal de São Paulo

JUSTIFICATIVA

A Lei nº. 10115, de 15 de setembro de 1986, ao criar a Guarda Civil Metropolitana, entre outras providências que adotou, definiu, no seu artigo 1º., que cabe a essa corporação “a vigilância dos próprios municipais e a colaboração na segurança pública, na forma da lei.”

Como se verifica da leitura desse dispositivo, há entre o seu conteúdo e o que dispõem a respeito a Constituição da República, a Constituição Estadual e a própria Lei Orgânica do Município de São Paulo uma certa discrepância, razão pela qual estamos propondo o presente projeto de lei.

Com efeito, o artigo 144, § 8º., da Constituição da República, o artigo 148 da Constituição Estadual e o artigo 88 da Lei Orgânica do Município de São Paulo, ao tratarem das Guardas Municipais, define que elas serão destinadas “à proteção dos bens, serviços e instalações municipais”.

A nosso ver, a redação atual da lei sobre a matéria consagra uma restrição em relação ao que estabelecem os diplomas legais que lhe são hierarquicamente superiores, restrição essa que tem se mostrado inconveniente, porquanto tem dado margem à interpretações quanto ao alcance da expressão “vigilância dos próprios municipais.”

Assim sendo, apresentamos a esta Câmara Municipal o presente projeto de lei cujo objetivo é adequar o texto legal vigente à normas superiores que disciplinam a matéria, de modo a deixar clara a competência da Guarda Civil Metropolitana.

Sala das Sessões, em


SALIM CURIATI
Vereador

LEI

Tab. n.º 03 do Proc.
n.º 66.210-19-97
o.º 10.115

10.115

15.09.86

LEI Nº 10.115, DE 15 DE Setembro DE 1.986

Cria a Guarda Civil Metropolitana, e dá outras providências.

JÂNIO DA SILVA QUADROS, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei. Faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 4 de setembro de 1.986, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Fica criada, junto à Secretaria Municipal de Defesa Social, a Guarda Civil Metropolitana, corporação uniformizada e armada, à qual caberá a vigilância dos próprios municipais e a colaboração na segurança pública, na forma da lei.

Parágrafo único - A colaboração na segurança pública, na qual se insere a competência para o policiamento e fiscalização do trânsito, será exercida mediante convênio com a Polícia Estadual.

Art. 2º - No plano de sua estrutura orgânica e orçamentária, a Guarda Civil Metropolitana integra a Secretaria Municipal de Defesa Social.

Art. 3º - A Guarda Civil Metropolitana terá quadro, hierarquia e funções estabelecidos por lei, fixado seu efetivo no limite máximo de 5.000 (cinco mil) componentes, entre homens e mulheres.

Parágrafo único - O regulamento da Guarda Civil Metropolitana será estabelecido mediante decreto do Executivo.

Art. 4º - A Coordenadoria da Guarda Civil Metropolitana será exercida por designação do Prefeito, podendo recair a escolha sobre Oficial Superior das Forças Armadas ou da Polícia Estadual, obedecidos os regulamentos próprios.

Art. 5º - Até o advento da lei referida no artigo 3º, aplicar-se-á aos servidores da Guarda Civil Metropolitana o regime jurídico previsto na Lei nº 9.160, de 3 de dezembro de 1980.

Art. 6º - A Guarda Civil Metropolitana fornecerá os efetivos funcionais para o cumprimento de ações de vigilância dos próprios municipais, mediante requisição das Secretarias Municipais e órgãos equiparados, inclusive da Administração Indireta, conforme vier a ser definido no regulamento referido no parágrafo único do artigo 3º.

Art. 7º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 15 de Setembro de 1.986, 4339 da fundação de São Paulo.

JÂNIO DA SILVA QUADROS, PREFEITO

CLÁUDIO SALVADOR LEMBO, Secretário dos Negócios Jurídicos

CARLOS ALBERTO MANHÃES BARRETO, Secretário das Finanças

GERALDINO DOS SANTOS, Secretário Municipal da Administração

RENATO TUMA, Secretário Municipal de Defesa Social

ALEX FREUA NETTO, Secretário dos Negócios Extraordinários

Publicada na Secretaria do Governo Municipal, em 15 de

Setembro de 1.986.

SUELLY PENHARRUBIA FAUNDES, Secretária do Governo Municipal

pal

Publicado no D.O.M.

de 16/09/86

página 1 coluna 2

conferido

